



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**ANEXO II - TABELA 7**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO**

**EMITENTE: UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE  
INTERNO**

**GESTOR RESPONSÁVEL: PEDRO COSTA FILHO**

**EXERCÍCIO: 2016**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Esclarecemos que esta Controladora Geral, possui graduação superior em Ciências Contábeis, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria, Perícia e Auditoria, preenchendo os requisitos legais para ocupar o cargo, o qual atua sozinha nas atribuições específicas do Setor.

Com o advento da Lei Municipal nº 1.728/2015, foi criado na estrutura administrativa do Município de Ecoporanga 03 (três) cargos. Sendo, um cargo de Supervisor Técnico Contábil, um de Supervisor Técnico de Auditoria e um de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Supervisor Administrativo, entretanto, até a presente data nenhuma das vagas foram preenchidas, dada a dificuldade financeira (recursos próprios) para contratação.

Contudo, cumpre informar que a subscritora deste relatório foi nomeada para ocupar o cargo público comissionado de Controladora Geral do Município por meio do Decreto 6.001/2017 a partir do dia 31 de janeiro de 2017, de modo que não atuamos na implantação de nenhuma etapa dos exercícios anteriores.

Assim, quando assumimos a gestão da Controladoria Geral atuamos no sentido de cumprir as determinações contidas na Resolução nº 227/2011 alterada pela Resolução nº 257/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e aos prazos estabelecidos nas referidas Resoluções.

Portanto, registramos que dada a situação encontrada quando assumimos o comando do Controle Interno, em que a maioria dos itens do Plano de Ação inicialmente elaborado não haviam sido cumpridos, envidamos todos os esforços para cumprir o cronograma dentro de nossas limitações, por essa razão nenhuma nova ação foi executada, uma vez que precisamos reformular o nosso Plano de Ação através de Resoluções, e aí desenvolver todos os esforços para cumprimento do mesmo.

Sendo assim, em nossa gestão iniciamos a reformulação do Plano de Ação para implantação do Sistema de Controle Interno a partir dos itens faltantes, vez que alguns itens foram executados pelos Gestores anteriores.

Considerando que o Sistema de Controle Interno ainda se encontra em fase de implantação, e considerando ainda que a Unidade Central De Controle Interno conta apenas com esta subscritora, alguns pontos de controle não foram apreciados, os mesmos estão evidenciados na planilha, conforme orienta a IN TCE/ES 040/2016.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**1. Procedimentos de controle adotados pelo Controle Interno**

**1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Análise
1.1.1	Renúncia de receitas - avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.1.2	Avaliação atuarial	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço.	Sim	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está enquadrado no regime geral, de modo que não existe avaliação atuarial.
1.1.3	Contribuições previdenciárias - recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	Sim	O recolhimento efetuado ao RGPS, (patronal e retida dos servidores) na SFIP apresenta de forma individualizada, entretanto na contabilidade o recolhimento é registrado de maneira conjunta. Sendo este item objeto de recomendação desta Controladoria, a partir deste relatório.
1.1.4	Pagamento de passivos - ordem cronológica das	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Sim	Não. Os passivos são pagos de acordo com o reconhecimento total da liquidação do processo e não pela ordem sequencial numérica. Sendo este



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

exigibilidades				item objeto de recomendação desta Controladoria, a partir deste relatório.
1.1.5	Déficit orçamentário - de medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Sim  Não foram emitidos nenhum ato de limitação de empenho por parte da administração. Sendo este item objeto de recomendação desta Controladoria, a partir deste relatório.
1.1.6	Disponibilidades financeiras - de depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Sim  Toda movimentação financeira do Município é realizada em Instituições Financeiras Oficiais.
1.1.7	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Não  Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.1.8	Registros contábeis - normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Sim  Os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.
1.1.9	Despesa - realização de despesas - de irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não  Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

1.1.10	Despesa - realização sem empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Sim	Todas as despesas são realizadas com prévio empenho, conforme dispõe o a lei 4.320/64.
1.1.11	Despesa liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Sim	Sim, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
1.1.12	Pagamento de despesas regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Sim	Não houve, todos os pagamentos efetivados foram realizados somente após o reconhecimento da liquidação.
1.1.13	Despesa - desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.1.14	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.1.15	Despesa - subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.

**1.2 - Gestão patrimonial**

1.2.1	Disponibilidades financeiras - RPPS -	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de	Sim	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está
-------	---------------------------------------	-----------------------------	---	-----	--



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

	contas específicas		previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.		enquadrado no regime geral.
1.2.2	Disponibilidades financeiras - RPPS - limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	LC 101/2000, art. 43, § 1º. Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	Sim	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está enquadrado no regime geral.
1.2.3	Disponibilidades financeiras - RPPS - vedações	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Sim	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está enquadrado no regime geral.
1.2.4	RPPS - registro contábil provisões matemáticas	LC 101/2000, art. 69. Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, Portaria MPS 403/2008, art. 17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Sim	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está enquadrado no regime geral.
1.2.5	Dívida ativa e demais créditos tributários - cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida	Sim	Os créditos inadimplidos, são inscritos em dívida ativa e são objetos de cobrança administrativa. Sendo a cobrança judicial objeto de recomendação desta Controladoria,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

			ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.		a partir deste relatório.
1.2.6	Dívida ativa e demais créditos tributários - cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.2.7	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.2.8	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.2.9	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

			sua guarda e administração.		
--	--	--	-----------------------------	--	--

**1.3 – Demais Atos de Gestão**

1.3.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.3.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.3.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Sim	Sim, destinam-se ao atendimento de necessidades temporárias e de excepcional interesse. Salientamos que todas as contratações temporárias encontram-se amparadas por lei, as quais resguardam sua forma e prazo.
1.3.4	Pessoal - teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

1.3.5	Pessoal - subsídios	CRFB/88, art. 29, V.	Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo 29, inciso V, da CRFB/88	Sim	A fixação do subsídio do prefeito, vice-prefeito e Secretários foi fixada por lei, observando o artigo 29, V da CF/88.
1.3.6	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim	Dentro dos limites, o princípio da segregação de funções é observado, para que cada atividade relacionada a autorização, execução, fiscalização, contabilização sejam executadas por servidores distintos.
1.3.7	Realização de despesas sem lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.
1.3.8	Dispensa e inexistibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Não	Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.

## 2. Auditorias realizadas

A Controladoria Geral do Município de Ecoporanga, no momento conta com apenas uma servidora comissionada que tomou posse em 31 de janeiro de 2017. Com a recente nomeação da servidora ocupante do cargo de Controladora Geral do Município, constatou-se que não havia sido implantado adequadamente o Sistema de Controle Interno, inexistia Instruções Normativas e o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

plano de ação inicialmente elaborado não foi cumprido, nem tão pouco havia um Plano Anual de Auditoria Interna. Diante do exposto podemos concluir que nenhuma auditoria foi realizada, e que apenas realizamos algumas análises documentais. Ressaltamos que dentro das limitações do Município todas as medidas para adequação desta Controladoria estão sendo tomadas.

### **3. Inconsistências constatadas**

Dos procedimentos de controle realizados por essa unidade executora do controle interno, não foram detectadas inconsistências.

### **4. Proposições**

Não foram encontradas inconsistências na documentação apresentada pela Prefeitura Municipal Ecoporanga.

### **5 – Parecer Conclusivo:**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Pedro Costa Filho, Prefeito do Município de Ecoporanga, relativa ao exercício de 2016, com objetivo de:

I - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Registramos oportunamente, que até a emissão deste relatório, esta Controladoria não recebeu na íntegra as Peças que compõem a Prestação de Contas Anual no exercício de 2016.

Destacamos que, tendo em vista as dificuldades mencionadas, o prazo entre a nomeação e apresentação do relatório, a não realização de auditorias, não foi possível realizar a verificação de todos os pontos de controle sugeridos pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo na IN TC 40/2016.

Diante do exposto esta Unidade Central do Controle Interno, emite opinião de que as Peças que integram a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2016 mostram-se formalmente *adequadas*, ao texto das normas legais que a regulamentam, tendo em vista que não recebemos a íntegra dos documentos e arquivos geradores das peças integrantes da Prestação de Contas Anual, pelas razões explicitadas, *nos abstermos de emitir opinião* sobre os demais registros e demonstrações contábeis, balancetes financeiros e orçamentários e demais documentos, observando-se somente quanto o cumprimento da legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Ecoporanga-ES, 31 de março de 2017.

**CLAUDINÉIA RODRIGUES**  
*Controladora Geral do Município de Ecoporanga-ES*  
*Decreto 6.001/2017*